

ATA DA 4ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ICTIOFAUNA E PESCADORES

Aos dois dias do mês de agosto de dois mil e dez, às 09:00 horas, na Casa do artesanato de Telêmaco Borba, reuniram-se as seguintes entidades participantes da Câmara Técnica de Ictiofauna e Pescadores: MPF, COPEL, DPU, CECS, CPT, CPHTB, UEL, IAP, ONG ECO MAUÁ, PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA. Iniciando os trabalhos, o Coordenador, Sr. Paulo Sena, passou a palavra ao representante do LACTEC, Sr. Leonardo, que fez a apresentação do Programa de Monitoramento, Resgate e Destinação da Ictiofauna na área de influência da UHE Mauá. Foi esclarecido que esse trabalho tem um prazo de duração de 4 anos e que já está sendo feito a um ano e meio. Na seqüência foi aberto para esclarecimentos. A representante do MPF questionou qual o critério para a escolha dos pontos de coleta. O Sr. Ludwig esclareceu que são estudados os rios mais próximos da barragem. A seguir passou a palavra ao Prof. Mario Orsi, da UEL, que apresentou um trabalho sobre a situação atual das espécies da Bacia do Rio Tibagi. A seguir o sr. Ludwig abriu para os questionamentos dos presentes. O representante do CECS questionou o número de espécies (142) apontadas no trabalho e se é possível determinar as espécies na área de Mauá que estão em risco de extinção. O Prof. Orsi esclareceu que tendo em vista a diminuição de algumas espécies ao longo do tempo é possível que com a usina eles sejam extintos. O Dr. Sena questionou sobre os estudos da UEL que apontam contaminação dos peixes no Tibagi. O Prof. Orsi esclareceu que em sua opinião não deve haver criação de peixes no reservatório, opinião compartilhada pelo Sr. Ludwig. O Dr. Sena questionou se houve algum aviso a população acerca da contaminação dos peixes. O Prof. Orsi esclareceu que não houve esse aviso e que o problema da contaminação pode ser potencializado pela barragem. Foi questionado pelos presentes a origem da contaminação, e o Sr. Ludwig esclareceu que a CT de Qualidade da Água está discutindo justamente a questão das minas de carvão e a solução apresentada pelo CECS e Klabin para mitigar o problema. O Dr. Sena reforçou que para haver indenização deve-se comprovar o dano. O Sr. Ludwig expôs sua experiência na questão da ictiofauna do rio Iguaçu e o plano para o repovoamento dos peixes mais importantes para pesca na região. A Sra. Isabel destacou que na questão da contaminação dos peixes também devem ser considerados outros fatores tais como os agrotóxicos e o esgoto que é jogado no Rio Tibagi e opinou que outras entidades devem também se envolver, tais como prefeituras e órgãos ambientais. Foi questionado pelo Sr. Florisvaldo quanto tempo depois da barragem os peixes voltarão a povoar a área da barragem. O Prof. Orsi esclareceu que existem estudos que apontam que das espécies que sobrevivem se estabilizam em 10 anos. O Sr. Ludwig expôs sua experiência no Rio Iguaçu e nos reservatórios de Segredo e Caxias, e destacou que nos dois primeiros anos algumas espécies se reproduzem mais que outras, mas depois entram em equilíbrio. Informou também que é possível a adoção de medidas que ajudam a reprodução de espécies em ambiente nativo. O Sr. Florisvaldo questionou o que falta ainda para a determinação da indenização dos pescadores, tendo em vista a apresentação dos estudos do LACTEC e da UEL. O Dr. Sena esclareceu que agora será iniciado um levantamento específico sobre a pesca comercial, com as espécies e seus valores respectivos. O Sr. Florisvaldo levantou a questão do cascudo. Foi esclarecido pelo Prof. Orsi que as espécies de cascudo dificilmente conseguirão se reproduzir. O Sr. Ludwig esclareceu que já existem estudos de reprodução de cascudo em cativeiro, mas que demandará tempo. A Sra. Isabel sugeriu que os estudos apresentados sejam complementados com o levantamento das espécies mais valorizadas pelos pescadores e as possibilidades de sobrevivência dessas espécies, bem como qual o impacto da usina até esse momento na vida dos pescadores para fins de aferição de dano e posterior indenização. Levantou ainda a questão da viabilidade de se colocar mais peixes no rio em caso de contaminação. A representante do MPF sugeriu que o CECS faça um levantamento socioeconômico dos pescadores. O Sr. Jairo afirmou que alguns documentos de pescadores já foram entregues e não foi recebida a verba alimentar, e que não existe resposta para o pleito de equivalência da verba alimentar ao mínimo regional. Voltando a questão da Ictiofauna, o Dr. Sena propôs que os estudos apresentados sejam compilados. O Prof. Orsi destacou seu interesse em nome da UEL de realizar o monitoramento contínuo do Tibagi. Foi constituído um Grupo de Trabalho composto por LACTEC, pescadores representados pelos Srs. Jairo, Wilson, Lourival e Leoni, UEL e CECS. Passando a questão dos pescadores, o Dr.

Sena esclareceu que foi decidido no Consórcio que o critério adotado é o do Ministério da Pesca, e que o CECS está atuando em substituição ao Ministério, razão pela qual será mantido o mesmo valor do salário pago pelo Governo Federal. A representante da DPU sugeriu que essa questão seja levada ao Comitê Gestor e Assembléia do GEM. A seguir o Dr. Sena esclareceu a questão dos Srs. Divino Joaquim e Manoel Rodrigues, que receberão a verba alimentar, da mesma forma que os Srs. Valdinei e Paulino. Foi entregue pelo Sr. Jairo ao Dr. Sena os documentos do Sr. Claudino Antunes. A próxima reunião da CT foi marcada para o dia 13 de setembro às 14 horas em Telêmaco Borba, em local a definir. Nada mais havendo a tratar, o Dr. Paulo Sena encerrou a presente reunião, da qual eu, Luciana Maranhão, secretária "*ad hoc*" lavrei a presente ata.